

**Ciclo de Debates sobre Bioética, Diplomacia e Saúde Pública**

***“Meio Ambiente e Governança Global:  
da Declaração Universal sobre Bioética e  
Direitos Humanos ao pós-Rio+20”***

*Samira Santana de Almeida<sup>1</sup>*

**RELATÓRIO**

**1. Apresentação**

O presente relatório apresenta o terceiro encontro do ano de 2013 do “*Ciclo de Debates sobre Bioética, Diplomacia e Saúde*”, promovido pelo Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde (NETHIS), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília (UnB), com apoio da Direção Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ Brasília) e da OPAS/OMS/Brasil.

Esta reunião do Ciclo tratou do tema “*Meio Ambiente e Governança Global: da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos ao pós-Rio+20*” e contou com a participação, como expositor: Dr. José Roque Junges, Pesquisador e professor do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Unisinos e do Programa de pós Graduação em Bioética da UnB. Como coordenador de mesa: Jorge Machado, do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT/Fiocruz). A seguir, será apresentada a descrição da palestra, com reflexões que podem ser incorporadas ao NETHIS a partir dos debates do Ciclo. Ao final, a título de considerações finais, o resultado do debate é interpretado na forma de temas que podem ser objeto de trabalho por este Núcleo de Estudos, no sentido de que possam ser problematizados e estudados, contribuindo, assim, para a produção científica do NETHIS.

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Humanas – UnB. Especialista e Mestranda em Bioética pela Cátedra UNESCO de Bioética - UnB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde – NETHIS.

## **2. Meio Ambiente e Governança Global: da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos ao pós-Rio+20**

**Palestrante: *José Roque Junges***

**Coordenador: *Jorge Machado***

**Data: *Junho de 2013***

**Local: *Fiocruz Brasília***

Vivemos numa crise ambiental que não precisa ser demonstrada, pois está cada dia mais explícita. O palestrante trata do fenômeno mundial da globalização, mostrando que temos uma necessidade cada vez mais urgente de mudança nos paradigmas que regem as produções no que se refere à própria relação do homem com a natureza. As catástrofes climáticas, cujo aquecimento global se vê mais claramente, não podem ser analisadas apenas sob o ponto de vista técnico, pois isso seria muito simplório e talvez não abarque a origem do problema.

Trata-se de um impasse ético, que requer uma transformação no pensar e no agir das pessoas em âmbito global, por meio do engajamento da sociedade civil, com a criação de consciência e responsabilidade da mesma. Chegamos a um ponto em que os danos causados pelas ações alienadas de uma minoria detentora do poder, seja econômico ou político, afetam diretamente as populações mais pobres, assim como outros seres não humanos e o pior, as gerações futuras.

*Roque* se utiliza do termo “Injustiça Ambiental” que reflete bem a realidade atual. Ele explicita que há uma transferência de indústrias poluidoras, originárias dos países centrais, para países periféricos, onde as legislações ambientais são mais frágeis. Portanto, há uma globalização econômica que instaura a injustiça ambiental, de modo que o problema ecológico não estaria apenas na produção de bens, mas na forma e nos objetivos que se querem atingir com essa produção e, principalmente, no consumo exacerbado que é decorrente desse modelo de exploração. Falo de exploração, pois ocorre uma relação de exploração e dominação ainda hoje, maquiada pela globalização, mas que se reflete na distribuição de danos e benefícios que são absolutamente injustas, principalmente quando levamos em consideração os recursos naturais.

Analises técnicas ou jurídicas não resolvem esses problemas, pois estamos lidando com uma esfera ética que exige um debruçamento por parte de todos os países, para tentar achar meios para reverter esse quadro. Estamos em um contexto de inter-relações globais, mediadas pelas tecnologias de comunicação e de informação. Contudo, as relações globais não podem ser centradas nas lógicas de mercado e lucro, e sim na humanidade e na biosfera, onde todos estão envolvidos, sendo produtores e produtos, responsáveis pelas causas e efeitos. Daí surge o conceito de “universalismo concreto”, que seria a unidade das diversidades humanas, incluindo as diversidades biológicas também. Esse movimento requer uma ética planetária, baseada na solidariedade, que abrange uma noção da terra de maneira mais holística e integrada, enquanto matriz da vida e não só um meio de se conseguir dinheiro (lucro).

A globalização que temos hoje em dia é a de mercado, onde a ciência, a técnica, a economia e o lucro são os motores. Temos provas contundentes que a falta de regulamentação destes motores levaram a humanidade a um verdadeiro abismo, onde vários recursos naturais são retirados na natureza e não são repostos, gerando prejuízos grandes para humanos e não humanos. Há que se ter diálogos políticos, respeito às culturas e tradições distintas da hegemônica e, principalmente, um debruçamento ético sobre essas questões para reverter esse quadro.

A governança seria então, um modo de gerir e lidar com questões sociais por parte da sociedade civil, que tem de ser participativa e atuante, com transparência, corresponsabilidade, organização e pela busca do consenso. *“A governança, como uma inovação do poder no modo de lidar com problemas de cunho global, pode ser um caminho para criar um ethos planetário, fundado no valor solidário da humanidade e no bem ecológico da biosfera, com vistas a uma metamorfose civilizacional”*, diz o Roque.

Ele conclui sua apresentação dizendo que é por meio da consciência planetária, que requer uma ética planetária, podemos ter um diálogo político e intercultural entre os indivíduos e países, por meio da religação. Temos que superar a visão romântica da questão ambiental, valorizando os saberes locais e vendo a natureza como nossa casa, com o devido respeito pela biodiversidade.

Para o Dr. Jorge Machado, a discussão pós-rio+20 está pautada no sentido de uma governança para o desenvolvimento sustentável. Temos aqui, uma primeira contradição. A saúde perde força na sequencia na noção dos sistemas de saúde e seus focos em diminuição de doenças, diminuição das doenças não transmissíveis, redução da mortalidade, entretanto, o objetivo da saúde deveria ser a questão do desenvolvimento sustentável. O capitalismo está bem representado nas organizações de saúde. Hoje a discussão está marcada por um conservadorismo, como fazer balança econômica atrelada ao desenvolvimento sustentável? No Brasil, diz ele, os bois são mais valorizados do que as pessoas.

A paz tem que ser trabalhada, e é um conceito forte. Temos uma lógica da produção no capitalismo e não da reprodução social, pois esgota o homem e a natureza. Daí, acrescentamos o conceito de equidade, que é colocada como acesso a bens, “consumo sustentável”. Há que se colocar essas questões na pauta da saúde. Pois elas são setoriais e não integradas. Como tratar de questões setoriais com determinantes que não são setoriais? Os governos não respondem mais as demandas de seus países e sim às demandas das corporações, que são transnacionais.

É necessário repensar o trabalho e resgatar alguns valores, mudando a forma de ver a vida. Pensar em humanos, com os quesitos da solidariedade, da paz, são processos de compreensão entre humanos com construção de governança participativa e dialógica, para reinterpretar a natureza e o trabalho.

## **Debate – Principais Pontos**

Dentre outras, foram levantadas as seguintes questões, por parte dos ouvintes:

- A questão da saúde humana é global, pois engloba as plantas e os animais, por que não é tratada dessa maneira?
- O que seria um bem público?
- Como falar de conscientização nos dias atuais?

Os palestrantes respondem que as formas de cultivo de plantas e criação de animais estão voltadas para os interesses humanos, uma medida de transformação desse quadro

seria a inserção do paradigma do cuidado, que tem sido resgatado gradativamente nos dias atuais. A questão dos bens públicos está relacionada à recuperação da noção de coletivo, que é um grande desafio em um mundo em que o privado tomou essas proporções avassaladoras. A conscientização vem da instrução de novos parâmetros de felicidade, aliados à reconexão entre homem e natureza e nas relações humanas em geral com seus semelhantes e com outros seres vivos. Colocamos a felicidade no “ter coisas” e isso precisa mudar.

### *3. Considerações Finais*

Com a implementação da ideia de sustentabilidade, com o respeito à natureza e aos nossos semelhantes, podemos ter um mundo melhor, onde as pessoas possam ser saciadas em suas necessidades básicas, assim como ter direito ao lazer, ao trabalho digno, à educação, ao respeito às suas tradições culturais. A Terra é um corpo vivo, que precisa ser cuidado como nossa casa e nosso meio de sobrevivência, merecendo nossa reverência pela abundância que nos provê. O homem, com sua ganância e ilusão de superioridade, transpõe os limites de suas ações, chegando a prejudicar não só ele mesmo como outras espécies que estão em constante interdependência. Quando essa transformação nos parâmetros éticos ocorrer de maneira global, quem sabe poderemos vislumbrar e vivenciar um paraíso na Terra.